

Lutas de Mulheres Sem Terra para a afirmação de novas subjetividades

Gema Galgani S. L. Esmeraldo¹

INTRODUÇÃO

A presença de mulheres no Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST é encontrada desde o início da década de 1980, época de sua criação. Ancoradas num movimento social de caráter classista, as mulheres adentram no movimento de forma assujeitada. Trazem identidades sexuadas subordinadas à ordem patriarcal, à modelos instituídos no tempo histórico e pela cultura, alimentados pela ordem binária e universalizada, e sem o reconhecimento de suas práticas nas instâncias sociais, econômicas, políticas e organizativas do MST. São invisibilizadas pelo domínio hierárquico da categoria de classe social, que orienta o Movimento e homogeneiza os sujeitos em coletivos políticos, denominados Trabalhadores Sem Terra².

O MST é um movimento social que defende e trabalha para a formação de sujeitos coletivos com uma identidade política e social de Trabalhadores Sem Terra. É um Movimento que instiga uma vontade e uma consciência voltada para uma ação política coletiva, pautada na matriz teórica leninista/marxista. Esta se move para construir e alicerçar a unidade entre os trabalhadores e para forjar a luta de classes, que deve se materializar e priorizar a luta pela reforma agrária, pela conquista do trabalho livre e pela produção agropecuária em bases ecologicamente sustentáveis.

Historicamente, os movimentos sociais que adotam a hegemonia da divisão social de classe no bojo central de suas lutas, não incorporam outras dimensões políticas como de gênero, de raça, de etnia, de geração, para não deslocarem o foco principal de suas ações.

Assim é que, compõe o cerne desse trabalho cartografar iniciativas, insurreições, movimentos, voltados para a dissolução da identidade de mulher sem terra, alicerçada e aprisionada nas “leis da natureza”, nos discursos dominantes da família, da Igreja, da política e da filosofia e nos mitos fundadores da lógica binária e da ordem sexuada.

¹ Professora do Depto. de Economia Doméstica/UFC, Doutora em Sociologia/UFC, Coordenadora do Curso de Especialização em Agricultura Familiar-Camponesa e Educação do Campo/UFC/UFERSA/UFPI, Coordenadora Executiva da REDOR, pesquisadora do CNPq.

² A denominação de Trabalhadores Sem Terra é atribuída aos rendeiros, meeiros, arrendatários, moradores, pequenos produtores, proprietários de pequenas glebas de terra, assalariados rurais. Para indicar algumas das categorias que se integram e passam a fazer parte do Movimento.

Nesse sentido, ilumino discursos, práticas e documentos do MST para compreender os sentidos construídos pelas mulheres militantes e/ou dirigentes³ do Movimento, que instigam a produção de novas subjetividades para si. Acompanho expressões e formas de organização dessas mulheres; suas estratégias de ação e campos de reivindicações; lugares ocupados e de mobilidades das mesmas; práticas de transgressões, de conflitos e de mediações vivenciadas nas relações internas e externas e as ações de reconhecimento dessas mulheres pelos gêneros masculino, feminino e pelo Movimento.

Por mulher militante, compreendo as mulheres que se engajam no MST para participarem de suas lutas; que participam de sua formação e que realizam a condução e a coordenação de ações realizadas pelo Movimento, sem, no entanto, ocuparem cargos de direção no mesmo. Por mulher dirigente, compreendo as mulheres que passam pela trajetória de militantes e ocupam cargos de direção nas instâncias locais, regionais, estaduais e/ou nacional.

O texto não trabalha com mulheres sem terra que vivem de forma cotidiana e permanente no assentamento. Estas mulheres assentadas⁴ possuem uma relação menos intensa com a dinâmica e a organização do Movimento e participam de forma esporádica em ações massivas do MST. As mulheres assentadas são aquelas que, após a conquista da terra voltam a desenvolver prioritariamente, papéis na esfera da casa/quintal.

As mulheres militantes e dirigentes embora sejam, na sua maioria, assentadas, são liberadas pela direção do assentamento para participarem, organizarem e coordenarem ações de caráter político para o Movimento. Mantém vínculos com o assentamento, mas transitam com frequência em outros espaços. Um grande contingente de dirigentes permanece por um maior período de tempo, na sede das secretarias e alojamentos do MST, do que nos assentamentos de origem, ou onde estão cadastradas.

Procuro ainda conhecer os sentidos que as mulheres lideranças e/ou dirigentes do Movimento buscam inscrever sobre sua luta e participação, no interior desse Movimento e para o exterior, digo, na relação com outras forças sociais. Desenvolvo o interesse em compreender a natureza (se política, em relação às relações sociais e às relações econômicas) do movimento das mulheres no interior do movimento social - o MST, considerando que este se constrói e se coloca para a sociedade como um movimento de caráter classista e unitário. Construo pistas para problematizar como as lutas das mulheres fazem o elo entre suas lutas específicas e o avanço das políticas neoliberais no país.

³ Ao me referir à mulher militante e/ou dirigente utilizarei também no texto a denominação mulher sem terra.

⁴ Sobre a mulher assentada ler Esmeraldo (2004; 2006, p. 95).

Problematizo se é encontrado no interior da formação e da prática política estruturadora de uma classe social homogênea, movimentos internos potencializados por mulheres que tensionam essa lógica, questionam a hegemonia do sujeito universal e buscam afirmar produções de novas subjetividades e de novos campos relacionais e de poder entre homens e mulheres.

Dilemas e limites são refletidos diante das transgressões provocadas pelas mulheres sem terra, que produzem novas subjetividades para os campos de força e de luta do MST, que subvertem a universalidade das vontades, que questionam e abalam as naturalizações e formações sexistas pautadas numa lógica binária⁵ e numa percepção cultural de lugares determinados e diferenciados para homens e mulheres e protegidos por relações de produção alicerçadas na oposição do trabalho realizado na casa e no roçado⁶.

MOVIMENTOS DE MULHERES NO INTERIOR DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

O pensamento teórico que vai dar base para a criação do MST se assenta na idéia de que os trabalhadores rurais são os produtores de sua história e que devem constituir-se como classe ou fração de classe organizada, a se materializar em ações concretas e simbólicas voltadas para construir uma identidade coletiva. Para formar uma classe social compreende-se que seus sujeitos devem atuar num espaço objetivo e em torno de interesses, posições e atitudes semelhantes.

O Movimento utiliza-se, inicialmente, das ocupações de terra, de marchas e de ocupações de prédios públicos como práticas concretas voltadas: para a formação dos trabalhadores rurais; para a tomada de consciência de classe para si; para a organização de um movimento social de caráter nacional e para a demarcação de objetivos claros para a sociedade brasileira. Esses se expressam nas lutas pela reforma agrária, contra o latifúndio, contra os interesses corporativos da classe burguesa e pela construção de uma sociedade socialista.

Para constituir-se como movimento social necessita: se legitimar e se fazer representativo de uma classe ou de frações da classe trabalhadora rural, representada pelos trabalhadores sem terra; criar e afirmar símbolos próprios; privilegiar ações e estruturas que legitimem seu discurso e que dêem solo à formação e fortalecimento de um coletivo; construir-se na

⁵ Sobre ordem binária consultar Swain (2000, p. 60).

⁶ Consultar Heredia (1979); Garcia Jr. et al. (1984); Woortmann (1990) sobre a oposição do trabalho da casa e do roçado.

formação simbólica de um movimento unitário, sem diferenças, divisões e fragmentações; formar uma identidade homogênea que nega e apaga as diferenças, ou, no mínimo, deixa as mesmas na sua incompletude.

Nessa lógica identitária, negar a existência do Outro, da Mulher, é entendido como estratégia necessária para produzir e afirmar a identidade de Trabalhador Sem Terra seja para a legitimação do MST frente à sociedade, seja para o seu fortalecimento frente aos próprios trabalhadores.

Mas, desde a formação do Movimento que mulheres protagonizam papéis estratégicos para o fortalecimento das lutas do MST. Mulheres lideram trabalhadores em ocupações de terra; formam barreiras com as crianças nos embates e enfrentamentos com policiais, milícias privadas e jagunços; participam de marchas pelas estradas brasileiras; organizam ocupações de prédios públicos; compõem comissões de reivindicação junto ao poder público; deslocam-se de lugares de origem para liderarem a criação do Movimento em outros territórios; viajam para outros países para representarem o MST; participam de eventos internacionais para a construção de movimentos de caráter internacional como a Via Campesina, dentre outros.

No entanto, essa atuação das mulheres não se materializa em reconhecimento da importância da participação da mulher na construção do Movimento, por parte de seus dirigentes. Elas são compreendidas como frações da classe trabalhadora (sem sexo e gênero) que constroem coletivamente a luta pela terra.

Dois sentidos são atribuídos a essa prática dirigente e predominantemente, masculina. Primeiro, de que, num movimento de caráter classista não cabe a visibilidade de um outro sujeito, no caso o sujeito sexuado - a mulher; e, segundo, de que o reconhecimento da ação militante da mulher possa implicar no reconhecimento de interesses diferenciados reivindicados pela mulher, que possam comprometer a unidade, os objetivos e as ações da classe trabalhadora em formação.

Um movimento social de caráter classista se forja em condições objetivas, materiais, econômicas, mas também nas relações e sob condições subjetivas, que estruturam os esquemas de percepção, visões de mundo, campos culturais (BOURDIEU, 1989, p. 28). A dimensão social de classe é atravessada por outras relações como aquelas que se dão entre os gêneros masculino e feminino, entre raças, etnias, gerações e sexualidades.

O MST nasce numa década onde paradigmas que dão sustentação ao pensamento moderno são problematizados e novas formas de pensar e de agir são exercitadas na sociedade industrializada e urbanizada. Grupos, partidos e movimentos questionam as identidades

homogêneas, o poder unilateral de classe. Colocam em xeque o poder da estrutura econômica para tratá-lo de forma simultânea com o político, o social, o cultural e o simbólico.

O MST surge na mesma década da emergência de diversos movimentos sociais urbanos que também se colocam como produtores de sua história; que trazem nas suas práticas e discursos a denúncia das diferentes formas de opressão, não mais reduzidas à opressão de classe, esta limitada ao caráter econômico. São as mulheres, os negros, os indígenas, dentre outros, que se organizam a partir da década de 1980 em novas bases paradigmáticas. Os grupos emergentes expõem o elemento político do poder e afirmam que o pessoal é também político. Trazem para o debate público o questionamento dos direitos universais do homem, do modelo androcêntrico, do binarismo sexual. Questionam a homogeneidade do sujeito coletivo dentro de uma classe para si e criam espaços de luta e de expressão de suas diferenças e interesses. São os novos sujeitos sociais, que criam uma outra lógica para os movimentos sociais de base transclassista (Termo utilizado por SANTOS: 1995, p; 249).

Os movimentos urbanos de mulheres e de feministas assumem publicamente lutas relacionadas ao mundo pessoal, familiar, ao trabalho produtivo e reprodutivo, à sexualidade, ao corpo, aos comportamentos construídos, à moral instituída, às crenças religiosas, às instituições políticas e alargam o sentido do direito, da política e da cidadania. Incorporam a inclusão do respeito às novas subjetividades nos espaços das organizações coletivas e mistas. Na década de 1980 e 1990, mulheres adentram os movimentos sindicais, os partidos políticos, os movimentos sociais na defesa da afirmação de uma outra mulher, na re-significação da mulher como sujeito político, na luta por direitos e igualdade de oportunidades.

A expropriação da terra, do trabalho, da renda rural, a falta de condições de sobrevivência no campo e na cidade parece ser a motivação original que leva muitas mulheres a participarem das reuniões para a organização das ocupações. Esse primeiro passo é estratégico para as mulheres adentrarem na luta do Movimento como caminho para a descoberta de novos objetivos de vida para si, para assumirem a condução da própria vida, para a auto realização e para adentrarem na política. Com ou sem marido, autorizadas ou não pelos pais, várias mulheres chegam no Movimento com um capital político acumulado na militância junto à Pastoral da Juventude do Meio Popular/PJMP, às Comunidades Eclesiais de Base/CEBs e aos partidos políticos próximos do ideário do Movimento.

Afetadas pelo discurso dos movimentos de mulheres e feministas, que transita no país e no mundo, as mulheres militantes e dirigentes trazem para o debate político do MST a inclusão e participação da mulher e problematizam as relações sociais de gênero. No 3º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realizado em Piracicaba/SP, em janeiro de

1987, elas garantem a inclusão da organização das mulheres como parte da organização interna dos assentados; o estímulo à maior participação das mulheres e a comemoração por todos e a nível nacional do Dia da Mulher Trabalhadora, no Dia Internacional da Mulher, o dia oito de março (Ver Caderno de Formação nº 12, MST, 1987).

No documento *Normas Gerais do MST*, as mulheres conseguem garantir a criação do Capítulo VIII – Da Articulação das Mulheres, que coloca em cinco tópicos a definição do movimento, sobre as mulheres do MST. Esse documento reúne as deliberações dos cinco primeiros encontros nacionais. O Capítulo trata de garantir o estímulo à *participação das mulheres em todos os níveis de atuação, em todas as instâncias de poder e de representatividade*; de *combater todo e qualquer tipo de discriminação às mulheres*, de *lutar contra o machismo em todas as manifestações que impeçam a igualdade de direitos e condições das mulheres trabalhadoras*; de *estimular a organização de comissões de mulheres em todos os espaços de atuação do Movimento*; de formar a nível nacional uma equipe de mulheres para *pensar e propor políticas específicas para a organização das mulheres sem terra* e elaborar materiais e publicações para orientar o trabalho específico das mulheres do Movimento (Cf. Normas Gerais do MST, MST, 1989).

No ano de 1991, as Executivas e Secretarias Estaduais recebem da Secretaria Nacional uma Circular que traz a informação de que não é papel do MST organizar movimento de mulheres, e sim, de envolver as mulheres em todas as atividades e suas instâncias. Orienta a Circular que, para a realização de um trabalho específico de mulheres, a articulação deve se dar no Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores/CUT, que possui linhas políticas específicas para a organização das mulheres.

A luta das mulheres pelo seu reconhecimento político num movimento social que adquire raízes em 24 Estados do Brasil⁷ e é reconhecido na América Latina e nos vários continentes do planeta, não se dá sem conflitos e tensões internas. Tensões que se expressam entre dirigentes, familiares e entre mulheres.

ESTRATÉGIAS PARA A AFIRMAÇÃO DE MULHERES SEM TERRA

Desenhando uma nova configuração que inclua e considere as mulheres como protagonistas das lutas contra o machismo, o patriarcado, o modelo neoliberal, as mulheres sem terra tomam iniciativas singulares e transgressoras. Organizam-se internamente para desenvolver lutas

⁷ Dados de 2007. Fonte: entrevista com dirigente do MST.

estratégicas para construir novas subjetividades e uma nova condição de mulher; realizam alianças com mulheres, ONGs feministas e com núcleos de estudos da mulher e de relações de gênero de universidades federais em vários estados do país e constroem projetos alternativos e de enfrentamento à mundialização do paradigma de desenvolvimento capitalista de formato neoliberal.

As tensões entre os interesses das mulheres que querem ser reconhecidas como protagonistas de uma ação militante e as orientações da Secretaria Nacional, são tratadas pelas mulheres sem terra através de algumas estratégias de ação. Sobre elas construo pistas para compreender as imbricações entre as lutas das mulheres e as relações de gênero e de classe e os elos entre essas lutas e o avanço das políticas neoliberais que afetam as mulheres sem terra.

Nesse texto elejo algumas estratégias que considero singulares, criativas, permanentes e subversivas, considerando-se que se realizam no interior de um movimento de caráter classista e homogêneo. São elas:

1. Política de re-significação das mulheres como sujeitos políticos

Essa ação se realiza através do estímulo à participação ativa das mulheres em todas as atividades de massa do Movimento. Busca mostrar que fazem parte da classe trabalhadora, que as bandeiras de luta do MST são também suas bandeiras e, que são capazes de atuar em todas as ações protagonizadas pelo Movimento e pelos homens. Essa estratégia procura garantir a participação e o reconhecimento da mulher nas ações do campo político, ou seja, no campo das forças e das lutas do Movimento. É um espaço para a construção de uma imagem pública para o interior e para fora do MST, para dar expressão política à sua ação militante e para definir um lugar político para as mulheres.

A busca pela emancipação da mulher sem terra se forja principalmente e inicialmente, pelo campo da luta política nas arenas das ações públicas empreendidas pelo MST. E se suas práticas parecem não problematizar as relações produtivas, familiares e domésticas, no interior dos assentamentos organizados dentro da ordem patriarcal e sexuada, é na arena política que as mulheres recusam a identidade calçada na lógica do binarismo sexual, onde criam um fazer diferente, um sentido outro para sua existência, onde recusam a unicidade do eu-mulher baseado na naturalização do corpo biológico e socializado tendo como centro a maternidade e a procriação.

A regulação empreendida pelos organismos governamentais, responsáveis pela política de reforma agrária desde o processo de instalação dos assentamentos rurais, obedece a regras

institucionais para a construção de padrões de sociabilidade pautados numa base de caráter patriarcal, que se materializam na priorização do homem como o titular do cadastro, da recepção e realização dos créditos, da capacitação para a assistência técnica e como o interlocutor privilegiado para as ações de políticas públicas, e de representação política nas associações, cooperativas, sindicatos, mesas de negociação, dentre outros espaços de ação reivindicativa.

Por outro lado, o lócus do assentamento é espaço de práticas montadas nos moldes da agricultura familiar e camponesa que também, se organizam, a partir do mesmo modelo de viés patriarcal, que orientam a sua organização social, familiar e produtiva, complementando-se com a regulação inscrita nas bases da ação governamental.

Para si e para dentro do Movimento as mulheres sem terra produzem práticas e discursos para escaparem do princípio da identidade pautado na ordem patriarcal, seja territorializado pelo aparelho estatal, seja pela sociedade burguesa, familiar e camponesa. A existência do domínio da lógica patriarcal perpetuada nos assentamentos e mantida pelo paradigma de agricultura familiar e camponesa é problematizada de forma simbólica, nas práticas das mulheres militantes e dirigentes, a partir da criação de linhas de fuga em relação à repetição e ao Mesmo, à uma identidade instituída.

Elegendo os fóruns das instâncias de poder do MST e as lutas massivas de enfrentamento às políticas estatais e neoliberais, como os campos privilegiados de ação política, as mulheres militantes entram no jogo para quebrar fronteiras de gênero, para embaralhar os papéis binários historicamente atribuídos às mulheres, para desvendar hierarquias e privilégios do gênero masculino sobre o feminino.

2. Política de Formação Específica das e para as Mulheres

No ano de 1996 as mulheres sem terra realizam o I Encontro Nacional de Mulheres do MST e colocam na pauta o debate sobre: "Luta de Gênero e Luta de Classe", "As Mulheres e o neoliberalismo", "A Mulher nos Clássicos", "Situação das Mulheres no MST" e "Linhas Políticas do MST com relação às Mulheres". Durante o 1º Encontro criam e formam o 1º Coletivo Nacional de Mulheres do MST e elaboram o Plano de Trabalho para orientar as ações do Coletivo.

Esse encontro analisa a condição da mulher e as formas de discriminação que se manifestam sobre elas na sociedade e no interior do MST. Constatam que a luta das mulheres no Movimento não se reflete em reconhecimento social e político pelos seus dirigentes, nem se

materializa em conquista de espaços nas instâncias de representação do mesmo. Verificam que o trabalho realizado pelas e com as mulheres é considerado menor, secundário no seio da luta de classe. Percebem que há contradições entre o discurso teórico que fundamenta o MST e sua prática relacional entre os gêneros. Que o discurso socializado nos encontros, cursos e místicas baseado na prática da solidariedade, da igualdade e da justiça não transforma as relações cotidianas nem afeta as imagens e formas binárias dos gêneros.

Mas avaliam, no 1º Encontro, que a compreensão da existência do problema da desigualdade nas relações entre os gêneros faz parte das preocupações de grupos de mulheres em vários estados; que espaços se gestam e devem ser ampliados para garantir o debate político e a formação das mulheres.

Anunciam dois desafios a enfrentarem: como relacionar a luta de classes com a luta de gênero e como vincular a luta específica das mulheres ao projeto estratégico do MST, pautado na reforma agrária e num projeto de poder popular, que se contrapõe ao neoliberalismo.

Delimitam os objetivos do Coletivo Nacional para orientar suas lutas: *a) construir novos valores no cotidiano (família, militância, direções, postura pessoal); b) tratar a questão de classe e gênero enquanto um princípio; c) massificar e qualificar a participação da mulher e, d) dar organicidade à participação das mulheres* (Conforme Cartilha que contém o Plano de Trabalho e os encaminhamentos do 1º Encontro Nacional, junho: 1996).

Desenham estratégias para atingir mulheres nos acampamentos, nos assentamentos, nos encontros, nas instâncias de poder, entre as mulheres militantes e dirigentes. Planejam uma grande batalha interna, organizada, deliberada para dar sentido, legitimidade à luta das mulheres do MST. Mapeiam alianças internas com mulheres e homens militantes e dirigentes. Programam lutas específicas como: a realização nos assentamentos da Campanha Nacional de Documentação das Mulheres; a Campanha de Cadastro e Título da Terra em nome da mulher; a participação nas mobilizações no dia 12 de agosto proposto pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais/ANMTR; a realização de atividades no dia oito de março e tratá-lo como o dia de luta da mulher do MST; a construção de relações de parcerias com outros movimentos sociais e com ONGs; a reprodução através de imagens de lideranças femininas da classe trabalhadora e o apoio à realização de encontros estaduais e municipais para a formação das mulheres.

A problemática da luta de classes e da luta de gênero passa a ser o tema gerador das reflexões nos eventos formativos das e para as mulheres no interior do MST. A categoria de classe se instala nos debates a partir de sua concepção política. A sua dimensão econômica vinculada

ao elemento produção versus reprodução é reorientada para o sentido de pertencimento a um coletivo político.

Ao trazerem a análise combinada de classe e de gênero, as mulheres assinalam e fazem rupturas com o modelo tradicional de sujeito universal e coletivo da luta de classes e denunciam a ordem hierárquica desse sujeito e o privilégio de um gênero sobre o outro. Do masculino sobre o feminino. O uso da categoria de gênero passa a se constituir numa estratégia política e como lugar de disputa política.

As mulheres que lideram a luta pela emancipação das mulheres sem terra e que assumem o Coletivo Nacional da Mulher identificam que muitas mulheres dirigentes que ocupam cargos na coordenação estadual, na direção nacional, nos vários setores do MST, não desenvolvem uma consciência individual e coletiva de sua opressão de gênero dentro do Movimento e nas lutas para a construção de uma classe para si. Compreendem que não há a percepção dos mecanismos históricos de perpetuação da desigualdade entre os gêneros. Que as lutas que algumas mulheres dirigentes realizam no interior de suas instâncias estão muito próximas de um padrão machista, patriarcal, que nega e desqualifica as mulheres e que representam os papéis sexuais e binários tradicionais.

O Coletivo Nacional decide organizar e realizar encontros bianuais⁸ com as mulheres dirigentes do MST de todo o país com o objetivo de conquistar aliadas, de construir a consciência de gênero e sobre a opressão da mulher, para problematizar a natureza da participação das mulheres no Movimento e para refletir sobre o projeto de sociedade que querem para si e para a família sem terra.

A reunião do Coletivo Nacional de Mulheres realizado em 1998 vai refletir sobre o seu papel, suas estratégias e a elaboração de sua política de gênero⁹ para o MST. As mulheres discutem sobre a necessidade de criação de Coletivos de Gênero¹⁰ de base estadual e nacional, com a presença de homens e mulheres de forma paritária.

⁸ O próximo encontro que denominam o 2º Encontro Nacional de Mulheres Lideranças do MST é realizado em 1997 com a participação de 66 mulheres dirigentes dos mais diversos estados e representativas das coordenações estaduais, da direção nacional e dos setores de educação, de frente de massa, de formação, de comunicação, de finanças, de produção e de relações internacionais. Em 2004 realizam o 3º Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST e em 2006 o 4º Encontro.

⁹ Para sensibilizar homens e mulheres dirigentes e militantes do MST o Coletivo realiza no ano de 2000 o Curso de Formação de Dirigentes para construir uma compreensão sobre novas relações de gênero, sobre classe e gênero e a participação das mulheres no Movimento. Em 2005 o Setor de Gênero realiza o Curso Nacional de Gênero para os membros dos setores estaduais de gênero.

¹⁰ Em 1999 é criado o Setor de Gênero na Coordenação Nacional do MST. O mesmo reúne-se periodicamente e elabora documentos para subsidiar análises de conjuntura e para planejar e operacionalizar as ações do setor. Em 2002 reúne-se para avaliar o momento político e os acampamentos realizados nos estados.

Na construção de discursos e de ações para as mulheres o Coletivo Nacional de Mulheres incorpora e convive com o dilema de trabalhar com o discurso das relações de gênero e com o empoderamento e a afirmação política das mulheres. Ao mesmo tempo em que cria espaços e instrumentos para ampliar o debate de gênero com os homens dirigentes e militantes do Movimento; que dirige a sua formação e produção¹¹ de cartilhas com base no conceito de gênero; que orienta suas militantes para implementarem o debate de gênero em todas as instâncias e manter o trabalho das mulheres harmonizado com as linhas políticas e princípios do MST, esse coletivo de mulheres estimula a formação específica das mulheres; a criação da ciranda infantil em todos os espaços formativos para garantir condições de participação das mães; o estímulo à participação, ao reconhecimento e ao apoio a mulheres para assumirem a liderança em todas as lutas e a direção de cargos em instâncias de poder.

Essas estratégias voltadas para a produção de um outro sujeito político – a mulher, no campo da política, da existência humana, de um estado social, parecem estar mais próximos dos discursos e práticas de base feminista. Existe ambigüidade na estratégia dessas mulheres? Por que as mulheres sem terra não assumem publicamente um discurso feminista?

A mim parece que os avanços das mulheres sem terra são deliberados, ousados, mas cuidadosos e gradativos. Afinal estão num campo minado, num campo masculino, de práticas patriarcais e machistas, numa arena de luta de classes, que requer avanços estratégicos e graduais.

O discurso feminista é algo do campo de um movimento político, onde os sujeitos protagonistas desse movimento são as mulheres (BUARQUE: 2006, p. 7). É algo do campo de uma organização que possui objetivos claros, definidos como a luta pela afirmação de direitos, pela igualdade, por novas relações de poder, sociais, políticas, econômicas para as mulheres.

Ora, falar de feminismo no interior do MST exige cuidados para não sobrepor bandeiras de luta, para não obscurecer os princípios e objetivos gerais e centrais do MST. Como então problematizar a condição da mulher sem terra sem criar um outro movimento dentro do Movimento Sem Terra?

A incorporação do conceito de gênero e a construção de uma política de gênero para o MST estão voltadas para fornecer elementos para a construção de um saber sobre as formas de produção dos gêneros masculino e feminino; para aliar e facilitar a compreensão da luta de

¹¹ No campo da produção teórica o Coletivo Nacional de Gênero do MST produz no ano 2000 a cartilha “Mulher Sem Terra”, em 2004 a cartilha “Mulheres Sem Terra Lutando e semeando novas relações de gênero” e em 2005 o caderno de textos “Construindo novas relações de gênero desafiando relações de poder”. Além disso, algumas militantes produzem textos reflexivos que são socializados nos encontros e cursos para as mulheres.

classe e luta de gênero, ou seja, identificar que as mulheres sofrem como os homens de desigualdades e sujeições, estas no campo da construção social, cultural, das relações de gênero. Também é usada para reduzir o conteúdo político das lutas das mulheres e para dirimir tensões e oposições ao trabalho das mulheres.

Mas, será que, para o fortalecimento de uma militância há que se manter uma base unitária, estável e sólida no Movimento? Ou lutas para defender diferenças, podem revigorar práticas políticas, podem exercitar políticas de alianças e de coalizões?

As mulheres sem terra estão redefinindo uma outra subjetivação para si, que merece pensar nas múltiplas formas de mulheres que ingressam e se forjam no MST, com faces negras, indígenas, jovens, idosas, casadas, separadas, solteiras, homossexuais, que requerem múltiplas formas de unidades e de ações comuns. Essas faces de mulheres propõem variados arranjos de gêneros e de reconhecimento do outro. O MST está desafiado a lidar com processos de subjetivações em formação, que não mais se acolhem nos modelos identitários determinados.

Como estratégia contingente o debate de gênero se alia à discussão da importância de uma revolução cultural trazida pelos pensadores do Movimento. Por revolução cultural seus teóricos compreendem como sendo a formação e o exercício de valores, de virtudes pautadas na *solidariedade*, na *indignação*, no *compromisso*, na *coerência*, na *confiança*, na *alegria*, na *ternura*, na *consciência estética*, na *valorização da vida*, do *trabalho*, da *cultura original do povo* e do *estudo* (Ver Caderno de Formação n° 26 “A Vez dos Valores”, 1998 e Pra Solettrar a Liberdade n° 1 “Nossos Valores”, 2000).

Para Bogo (2000, p. 67) a revolução cultural significa *instalarmos uma nova ordem territorial, com elementos que não mudem apenas as aparências, mas também a essência do modo de produzir a existência pessoal e social das comunidades camponesas*. É ainda por ele compreendida como o *avanço nas relações pessoais e no aperfeiçoamento da democracia interna*, no início da *gestação de um novo tipo camponês com novos homens, novas mulheres, jovens e crianças* (2000, p. 68).

Os valores trazidos nos discursos e documentos teóricos do MST sobre a revolução cultural são permanentemente trabalhados pelas mulheres, de forma simbólica nas místicas, cantos, brigadas teatros e em outras manifestações simbólicas que organizam e coordenam.

3. Criação de Signos para Afirmação da Luta das Mulheres

São resgatadas imagens e trajetórias de mulheres¹² que desempenharam papéis estratégicos em partidos de esquerda, de mulheres que são referência na construção do socialismo internacional e de mulheres que morrem na luta pela terra. As mulheres dirigentes apóiam-se em histórias de mulheres que participaram e lideraram movimentos políticos, que escreveram orientações de caráter socialista, que viveram na clandestinidade, que foram exiladas, que romperam com modelos tradicionais de ser mulher para atuarem em espaços políticos.

O campo de uma produção simbólica é mobilizado pelas mulheres sem terra para a construção de signos e de símbolos para fortalecer a luta das mulheres, no campo da luta intraclasse. A história dessas mulheres é resgatada em livros¹³, trabalhada em estudos e divulgada nas brigadas, nos encontros, cursos, congressos e, através de místicas, de cantos, do teatro, da produção de textos, de pinturas e de banners de suas imagens.

Essas produções simbólicas são instrumentos de comunicação e de informação que exercem uma função política estratégica para as mulheres. Simbolizam a luta política de mulheres no campo da luta de classe. Essas estratégias são exitosas e se, se iniciam nos espaços de formação específicos das mulheres conquistam os espaços mistos, levadas pelas mulheres responsáveis pela organização das brigadas, das místicas, da escolha dos cantos, da ornamentação dos ambientes, das aberturas dos encontros e dos congressos nacionais, este realizado a cada cinco (5) anos que reúne mais de 10.000 trabalhadores sem terra do Brasil.

Referenciadas por essas histórias as mulheres sem terra organizam atividades para resgatar e construir a memória das lutas protagonizadas pelas próprias mulheres. Exercitam no falar, no canto, nas místicas suas batalhas nas ocupações de terra, a resistência nos acampamentos, as lutas pelo alimento cotidiano, pela escola para os filhos, pelo trabalho e terra livres para produzirem. São mecanismos para a própria descoberta e valorização de uma ação política protagonizada por elas mesmas. Essa auto descoberta alimenta a tomada de consciência, o empoderamento e a resistência para avançar nos espaços de poder e afirmar a voz da mulher no Movimento.

No interior do Movimento que é orientado pela luta de classes, transita de forma subliminar uma outra luta, a que se realiza pelo reconhecimento da existência de um sujeito com interesses de se afirmar e se nomear – a mulher sem terra.

¹² Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo (líder política alemã), Roseli Nunes (- 1987), Margarida Alves (- 1983), Irmã Brunetto, liderança do MST, Dandara (Consciência negra, 1695), Olga Benario (51908-1942), Madre Cristina (1916-1997), Lélia Abramo (atriz e escritora), Doroty Stang (1931-2005).

¹³ A história de mulheres como Rosa Luxemburgo (publicada pela Expressão Popular editora do MST em 1999, com o título Rosa Luxemburgo – Vida e Obra), de Clara Zetkin - Vida e Obra (publicada pela Expressão Popular em 2003), de Olga Benário (apresentada através do livro de autoria de Fernando Morais e do filme dirigido por Jayme Monjardim).

4. Realização de Lutas Específicas dirigidas pelas Mulheres

Na década de 1990 as mulheres sem terra vinculam-se a ANMTR (movimento de mulheres com atuação forte na região sul do Brasil) para a luta pela garantia dos direitos previdenciários, como o salário maternidade e a aposentadoria com 55 anos para as mulheres. Participam dos Encontros Nacionais de Mulheres Trabalhadoras Rurais, da Campanha “Nenhuma Mulher Trabalhadora Rural Sem Documento”, engajam-se no Projeto Consulta Popular, participam da Marcha Popular pelo Brasil em 1999 e assumem a compreensão da necessidade de incluir a luta contra o neoliberalismo nas suas lutas específicas.

No século XXI incorporam no calendário de lutas do MST, as ações que realizam no dia internacional da mulher. Em 2004 unem-se ao Movimento de Mulheres Camponesas/MMC¹⁴ que se coloca como um movimento camponês e feminista.

Em março de 2000 realizam o 1º Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Brasília com o lema *Mulheres gerando a vida, construindo um novo Brasil* tendo a participação de 3.000 mulheres de todos os estados do Brasil. Nos anos de 2001 e 2002 as mulheres realizam acampamentos estaduais nos próprios estados e colocam como debate formativo e político o projeto neoliberal e o Projeto Popular. Em 2003 realizam atos públicos e mobilizações nos estados e trazem para o debate os dois projetos de desenvolvimento da agricultura no país. Em 2004 e 2005 novos atos, seminários e marchas nos estados são realizados. Em 2006 preparam ações nos estados e a Marcha Nacional das Mulheres em Porto Alegre durante a II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural organizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura/FAO. Nesse ano realizam a ocupação da ARACRUZ/RS, que tem repercussão mundial. Em 2007 fazem ações nos estados e ocupação de latifúndios, de áreas de produção de monoculturas como a celulose, de produtos agrícolas e de sementes transgênicas, para denunciarem o avanço do projeto neoliberal no campo e defender um projeto de soberania alimentar para o país. Fazem ainda, protestos nas capitais contra a visita do presidente dos EEUU George Bush.

5. Políticas de inclusão das mulheres nos espaços de decisão e de direção do MST

¹⁴ O MMC é criado no interior da Via Campesina, movimento de caráter internacional que reúne o MST e outros movimentos no mundo que lutam pela reforma agrária, contra o projeto neoliberal e por um projeto de desenvolvimento rural em bases agro ecológicas.

Adentrar as instâncias de poder do MST significa, para a mulher sem terra, a possibilidade de reconhecimento, de se fazer nomeada, autorizada a agir e a falar como força política do Movimento. Esses são os espaços de debate de suas políticas e é neles que os interesses das mulheres precisam ser colocados para serem levados em consideração.

Essa compreensão leva as mulheres a reivindicarem a inclusão de reivindicações de interesse da mulher nas pautas de negociação; a criação de uma política de cotas para a ocupação com equidade de homens e de mulheres nas instâncias de direção e para a sua participação de forma paritária em todas as instâncias de poder do MST, para afirmarem suas diferenças.

Tornar possível e dar existência à força política das mulheres parece ser hoje o principal investimento realizado para saírem da invisibilidade e construírem um sentido e um modo de existência como sujeito - mulher sem terra.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar aponto alguns olhares reflexivos e problematizadores sobre as ações políticas dessas mulheres sem terra que, ao longo de 23 anos vêm conquistando espaços de reconhecimento, de valorização, de emancipação pessoal e coletiva, mas, ainda enxergam desafios novos a romper.

Pelo caminho da democratização do poder político no interior do MST as mulheres sem terra se iniciam num fazer política, mais do que na luta pela identificação, explicitação e qualificação do lugar da mulher no processo produtivo tradicionalmente masculino.

Essas mulheres se desterritorializam de seu lugar comum - a casa-quintal; criam zonas de invenção com o fora - o mundo público e político; desequilibram a ordem binária – ocupam áreas de agro negócio – a ARACRUZ, para citar um exemplo; desfazem sentidos universais, racionais e unitários esperados para um destino de mulher construído historicamente.

Cartografando os traços de suas trilhas vou escrevendo para dar reconhecimento, sentido e poder a essa história. Vou apoiando-me numa escrita não neutra, mas politicamente comprometida com lutas invisíveis e gesto uma memória de mulheres que ousam criar um devir minoritário de mulher.

Devir mulher que pulsa no seu dia – o oito de março, para construir uma singularidade, um outro pensamento para si, uma revelação da diferença forjada na luta.

Ocupando áreas de agro negócio, de fazendas de produção de celulose, de frutas tropicais e de grãos para a exportação, as mulheres sem terra, recusam a própria identidade de mulher como

destino binário; instigam a produção do pensamento não mais no sentido único, mas no campo da diferença, da possibilidade da existência do pensamento de mais de um sentido, do paradoxo.

As mulheres sem terra estão ainda num devir mulher, ou como pensa Deleuze, num se fazer, num se produzir subjetividade para o interior do MST e para a sociedade. Ainda é cedo para se concluir uma história que começa a se iluminar.

Bibliografia

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. Re-significações do Feminismo e da Política em Práticas de Mulheres Assentadas. In: VALE, Alexandre Fleming C. & PAIVA, Antonio Cristian S. (Orgs.). **Estilísticas da Sexualidade**. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFC; Campinas: Pontes Editores, 2006, p. 95-113.

_____. **O MST sob o Signo de uma Economia Subjetiva**. O Assentamento José Lourenço. 303p. Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFC, Fortaleza, 2004.

BOGO, Ademar. **O MST e a Cultura**. Caderno de Formação n° 34. MST, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: BERTRAND, 1989.

BUARQUE, Cristina. Introdução ao Feminismo. In: VANIN, Iole Macedo & GONÇALVES, Terezinha (Orgs.). **Caderno Gênero e Trabalho**. MTE/REDOR. Salvador: REDOR, 2006, p. 07-24.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da Vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

____et al. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (Coord.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina: Análises Qualitativas**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 29-44.

SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: **Feminismos: Teorias e Perspectivas**. Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNB. Brasília: UNB, 2000, Vol. 8, n° ½, p. 47-84.

WOORTMANN, Klass. “Com parente não se Negeuceia”.O Campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico**. Brasília: Edt. UNB/Tempo Brasileiro, 1990, p. 11-73.